



rio de janeiro

A liberdade para vender combustíveis de outras marcas, dada aos postos por MP (medida provisória) assinada pelo presidente Jair Bolsonaro nesta quarta-feira (11), contraria posicionamentos dos Procons em consulta pública da **ANP (Agência Nacional do Petróleo Gás e Biocombustíveis)**.

O governo defende que a medida amplia a concorrência no setor de combustíveis, com possíveis impactos no preço, e incluiu o tema em uma MP que trata da venda direta de etanol das usinas para os postos, outra mudança que teria o objetivo de ampliar a competição.

Para empresas do setor, porém, os impactos sobre os preços serão limitados a postos mais próximos das usinas de produção de etanol. Alegando risco de "desestruturação do mercado" e insegurança jurídica, grandes distribuidoras tentam ao derrubar as mudanças no Congresso.

Com o fim da fidelidade à bandeira, postos ligados a distribuidoras - como BR, Shell ou Ipiranga- poderiam instalar uma bomba para vender combustíveis comprados de outras empresas, um conceito conhecido como "bomba branca".

O tema vinha sendo debatido na **ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis)**, que abriu consulta pública para ouvir o mercado a respeito de uma série de mudanças na regulação desse mercado.

Em suas contribuições, os Procons pediram a supressão do trecho que autoriza o uso de bombas não exclusivas alegando que "pode gerar confusão ao destinatário final do produto".

Segundo a avaliação dos Procons, a medida fere dispositivos legais que garantem ao consumidor direito a informação clara, precisa e adequada e que estabelecem obrigações de prestadores serviços de prestar informações adequadas sobre os produtos.

Para o promotor Cláudio Tabagiba, que coordena o Procon de Minas Gerais, a mudança cria "grande possibilidade do consumidor ser ludibriado por informações visuais, principalmente, havendo afronta ao direito básico de informação e liberdade de escolha".

Em sua contribuição na consulta pública da **ANP**, ele defende que a medida não gera benefício ao consumidor e pode facilitar a sonegação.

O governo defende que a bomba deverá ter informações sobre a origem do combustível, caso seja diferente da bandeira do posto, mas o texto da MP com os detalhes ainda não foi divulgado.

Opositores da mudança dizem que o governo avançou sobre atribuições da **ANP** que vinha discutindo o tema com o mercado. "Na questão da fidelidade, houve atropelo da agência regulatória", diz Valéria Lima, diretora executiva de **Downstream do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo)**.

As distribuidoras de combustíveis chegaram a conseguir liminar suspendendo o debate na **ANP**, alegando que não foram apresentados estudos que comprovassem os benefícios da mudança.

As empresas defendem que a medida amplia o risco de fraudes e tem pouco efeito prático, pois demandaria investimentos em novos tanques subterrâneos para armazenar os combustíveis com prados de outras distribuidoras, já que os contratos atuais garantem exclusividade no uso da **infraestrutura**.

Entre os postos, há divergências. A Fecombustíveis (Federação Brasileira do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes) já se posicionou contra a medida, prevendo um acirramento dos conflitos entre revendedores e distribuidores.

"Ao invés de melhorar a concorrência, a iniciativa vai piorar o mercado. Estão tentando copiar a ideia do posto multi marcas, que nunca deu certo" afirmou, antes da consulta pública da **ANP**, o presidente da federação, Paulo Miranda.

A Abri Livre (Associação Brasileira dos Revendedores de Combustíveis independentes e Livres) afirmou que a medida garante "a livre iniciativa, a livre concorrência e a queda nos preços", mas pede regulamentação dos contratos de exclusividade.

"Não há racionalidade econômica de haver exclusividade para combustível comum", afirmou, em nota, o diretor executivo da entidade, Rodrigo Zingales.

Antes motivo de divergências entre distribuidoras e usineiros, a permissão para a venda direta de etanol aos postos foi encarada com maior naturalidade pelo setor, que vê, porém, questões tributárias a serem resolvidas, embora haja críticas também ao avanço sobre o papel da **ANP**.

Em consulta pública sobre o tema, a agência propôs que as usinas criassem distribuidoras para vender etanol, com o objetivo de resolver um problema tributário: como os impostos são divididos entre produtores, distribuidores e postos, havia o risco da venda direta pular uma etapa da arrecadação.

O governo resolveu o problema em relação aos impostos federais, transferindo a parcela do distribuidor para as usinas em caso de venda direta. A dúvida agora é como farão os estados. O **IBP** diz que a proposta cria complexidade regulatória e vai na contramão de projetos federais para simplificar a cobrança de impostos.

Maiores defensores da medida, os usineiros do Nordeste afirmam que os estados podem seguir o modelo do governo federal "Os estados vão se adequar", diz o presidente executivo da Novabio (Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia), Renato Cunha.

Ele alega que postos mais próximos às usinas terão benefícios com a proposta, economizando parte do custo logístico relativo ao transporte do etanol até a base das distribuidoras, geralmente nas grandes cidades, e, depois, de volta para o posto.

Mas admite que o ganho deve ser localizado, já que as usinas não conseguirão competir nos maiores mercados. "A distribuidora tem capacidade **logística** para fazer aquilo que o produtor tem dificuldade. Mas não se deve proibir o produtor de vender para um posto na esquina."

Nicola Pamplona

-

Ao invés de melhorar a concorrência, a iniciativa vai piorar o mercado. Estão tentando copiar a ideia do posto multimarcas, que nunca deu certo

Paulo Miranda, presidente da Fecombustíveis

-

Não há racionalidade econômica de haver exclusividade para combustível comum

Rodrigo Zingales, diretor-executivo da AbriLivre (Associação Brasileira dos Revendedores de Combustíveis independentes e Livres)